



MACHADO, Isabel. *A Rainha Santa*. 2. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. 411 p.

DE INFANTA DE ARAGÃO A RAINHA DE PORTUGAL: UMA RESENHA DO ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO PORTUGUÊS *A RAINHA SANTA*, DE ISABEL MACHADO

Francisco Edinaldo de Pontes¹
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
(edinaldopontesacademico@gmail.com)

Publicado originalmente em 2016², em Portugal, pela editora A Esfera dos Livros, *A Rainha Santa* é um romance histórico contemporâneo português escrito pela romancista Isabel Machado, tendo como *leitmotiv*, a trajetória – do nascimento ao falecimento, aos sessenta e cinco anos de idade – da figura histórica de D. Isabel, Infanta do Reino de Aragão, Rainha Consorte de Portugal, Santa da Igreja Católica Apostólica Romana e considerada como Médiun para a Doutrina Espírita Kardecista.

Em *A Rainha Santa* (2017), o foco do enredo consiste na forma como a protagonista, D. Isabel de Aragão, lida com o destino que lhe foi reservado contra a sua vontade – mesmo que em benefício de sua própria casa real –, em virtude de sua posição sociopolítica na Baixa Idade Média europeia. Nascida princesa do reino de Aragão, filha de D. Pedro III, rei de Aragão, e de D. Constança de Hohenstaufen – de quem, desde o seu nascimento é esperado um destino extraordinário em consequência de sua aura de santidade –, é depositada nessa infanta aragonesa a responsabilidade de selar, via casamento, a aliança que o seu pai firmou com o rei D. Dinis I de Portugal em benefício e ambos os reinos e de toda a Península Ibérica medieval. É um contexto sócio-governamental em que os demais reinos peninsulares estão em conflito político e civil com a grande Castela, sofrendo frequentes ameaças de invasão pela França, além da recuperação de territórios das mãos dos mouros e, por conseguinte, a expulsão desses dos limites ibéricos. Em outras palavras, é um cenário em que, na concepção dos líderes políticos e religiosos da época, apenas com a união dos ilustres tronos da Cristandade, a paz poderia ser reestabelecida entre as casas reinantes.

Assim, submetida ao seu papel de princesa e/ou joguete no xadrez político europeu e, com isso, casando-se contra a sua vontade – pois o seu maior

¹ Mestre em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB). Graduado em Licenciatura Plena em Letras - Inglês (PGL/UEPB). Pós-Graduando em Revisão de Textos (PUC Minas). Graduando em Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa (UNESA). Tem experiência na área de Letras, com ênfase no Ensino de Língua Inglesa e de Literatura Inglesa. É integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos (GIELLus/UEPB/DGP/CNPq).

² Salientamos que, o nosso exemplar que será utilizado no decorrer da presente resenha consiste na segunda edição do romance, publicado em 2017, pela editora A Esfera dos Livros.



desejo era seguir uma vida de santidade, adotando o hábito das Clarissas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha –, D. Isabel torna-se Rainha Consorte de Portugal, momento em que ela percebe que, mais do que dotada de um destino de santidade, na sua nova posição, ela assumiria responsabilidades muito maiores do que ela poderia imaginar. Desse modo, no seu papel como rainha, esposa e mãe, a protagonista passa os seguintes cinquenta anos de sua vida lutando para manter a paz e a estabilidade política de sua dinastia no trono português.

Pois, além de agir como medianeira e intercessora nos assuntos diplomáticos e nas estratégias políticas entre os reinos da Península Ibérica, D. Isabel também intervém nos conflitos entre o seu marido, D. Dinis I, e o seu filho, D. Afonso IV, além de se esforçar constantemente para garantir a coroa portuguesa em favor de seu primogênito em meio a outros pretendentes ao trono de Portugal, em virtude dos diversos filhos bastardos de D. Dinis com suas mancebas, além do elevado grau de parentesco dos demais nobres peninsulares para com o trono português, estando, assim, aptos a integrar a linha de sucessão. Em tese, através da sua luta incansável para manter a paz entre os do seu sangue e os demais reinos ibéricos, com a convicção de preservar a sua dinastia, além das diversas obras do Cristo que ela praticou tanto em Aragão quanto em Portugal – corroborando, dessa forma, para a construção de sua imagem lendária, mítica e de santidade –, D. Isabel é, por fim, proclamada como *Rainha Santa* pelo Sacro Império Romano.

Mediante o exposto, entre ficção e história, Isabel Machado (2017) constrói a sua protagonista, D. Isabel, de modo que o leitor desconstrói a imagem mítica e lendária desse ícone da História medieval portuguesa, mostrando que, por trás dessa imagem sacralizada de *Rainha Santa* pela historiografia, hagiografia e biografias canônicas, assim como, pelos romances históricos tradicionais, existiu uma personalidade destoante da que comumente era esperada de uma mulher na Baixa Idade Média.

Dessa maneira, na “Nota Introdutória” (p. 15) da sua ficção histórica, Isabel Machado (2017) afirma o seguinte:

A rainha D. Isabel, a Rainha Santa, é uma das figuras históricas mais queridas dos portugueses, mas também uma das mais enigmáticas. Em seu redor, construíram-se lendas, algumas certezas, muitas dúvidas, mas, apesar de enorme popularidade da rainha, a maior parte de nós sabe pouco sobre a sua vida e a sua personalidade, para além de alguns episódios, reais ou lendários, ou um misto das duas coisas, e da sua bondade (MACHADO, 2017, p. 15)³.

Levando em consideração o fragmento, além de a escritora nos apresentar D. Isabel na condição de filha, princesa, esposa, rainha, mãe e santa,

³ Tendo em vista que estamos utilizando uma edição portuguesa do nosso *corpus* de análise, ressaltamos que, a ortografia e a pontuação cumprem uma fidelidade textual como se apresenta no romance de Isabel Machado (2017).



nessa narrativa de extração histórica, Isabel Machado (2017) presenteia o leitor com uma Isabel que se diferencia das muitas representações que se cristalizaram para a posterioridade resultando unicamente na sua imagem de “mãe exemplar” e de “santidade” (Cf. ANDRADE, 2014) dessa figura mítica na História da Ibéria medieval. De certa maneira, na maioria dos romances históricos tradicionais são abordadas somente essas facetas da rainha de Portugal que estão ligadas apenas ao papel destinado ao feminino no medievo europeu. Assim, vemos que nas ficções históricas tradicionais não é apresentado uma Isabel de Aragão que exerceu uma diplomacia para com os demais reinos peninsulares, além de suas estratégias políticas em benefício da Península Ibérica.

Sendo assim, nesse romance, Isabel Machado (2017) eleva D. Isabel ao primeiro plano da narrativa, visto que, a maior parte dos acontecimentos do enredo giram em torno dessa personagem feminina; pois, como afirma a própria romancista, é uma história que é “vista, sobretudo, através do olhar de D. Isabel, mas também através da sua relação de forças, de choque, de encontros e desencontros, das angústias, alegrias, tragédias, intrigas e do intenso drama que, acredito, acompanhou toda a sua longa convivência” (MACHADO, 2017, p. 15).

Ademais, apesar de a obra ser narrada em terceira pessoa, por um narrador onisciente: “Isabel não vira nada assim desde a sua chegada ao reino. Parecia-lhe que Portugal em peso se juntara na cidade de Lisboa, representantes de todas as classes e ofícios unidos na maior procissão de que nem havia memória nos velhos” (MACHADO, 2017, p. 124); em diversos momentos, ao longo da narrativa, a romancista alterna essa narração em terceira pessoa com a da própria Rainha de Portugal. Isto é, o foco narrativo passa a ser desenvolvido em primeira pessoa, em que todos os acontecimentos do enredo, assim como, os fatos sócio-históricos e político-culturais são vistos sob a perspectiva de D. Isabel de Aragão, evidenciando, desse modo, o papel de narradora-protagonista dessa personagem feminina durante toda a obra romanesca:

De silêncios esquivos entre as minhas damas se passou este dia. Não reconheci nenhuma delas nos seus gestos encolhidos, de risos presos, nas suas mãos inseguras. Os olhares de viés. Que vos deu, senhoras? Mas, calei a incerteza, segura de que sabiam o que eu ignorava. Recusaram-me a ida à cidade para visitar o hospital, alegando que me cansaria. Teimavam em querer-me queda, agarrada aos aposentos, naquele dia soalheiro de Inverno em que eu completava catorze anos. Vataça perguntou-me se me viera a regra. Não. Foi tudo o que quis saber, afastou-se e saiu do quarto, levando o que eu dissera, deixando-me mais obscura (MACHADO, 2017, p. 130, grifos da autora).

A partir do excerto, percebemos que, além de o foco narrativo ser em uma perspectiva feminina e em primeira pessoa, que também há nessa ficção histórica de Isabel Machado (2017), um dos elementos que ilustra uma “multiplicidade de



focalização⁴ (MARINHO, 1999, p. 40-43) presente no romance, consiste nas orações de D. Isabel que permeiam todo o enredo romanesco português de Isabel Machado (2017). Um exemplo claro disso diz respeito a um dos momentos em que, em seu genuflexório, a Rainha de Portugal ora diante da Virgem Maria, em tom de confissão, por ter sentido ciúmes de D. Dinis com uma dama da Corte Real Portuguesa, quando ela diz:

Vejo-me incendiada pelo ciúme. Libertai-me, Virgem Mãe, deste mal corrosivo que ignorava existir em mim. A vossos pés trago o pecado que me ruboriza, não podendo confessá-lo a ninguém. Desgraçadamente, sinto pela primeira vez que nem a confissão me libertaria deste sufoco. Nem eu ousaria proferir em palavras, perante um meu semelhante, a vergonha que apenas me sinto capaz de libertar à vossa frente [...] (MACHADO, 2017, p. 154, grifos da autora).

O referido fragmento, extraído de uma das orações de D. Isabel ao longo do enredo romanesco, revela a aproximação que Isabel Machado (2017) tenta fazer entre a protagonista e o leitor. Conforme Eliane Campello (2013, p. 164), por ser “resultante do entrecruzamento dos discursos ficcional e histórico”, isso acontece porque, “o ‘novo romance histórico’ (MENTON, 1993, p. 38), na contemporaneidade, suscita debates relacionados aos processos de enunciação e ao tempo enunciado”. Totalizando, assim, em doze orações realizadas pela Rainha de Portugal no decurso dessa narrativa de extração histórica, ou seja, aproximadamente uma oração a cada dez capítulos do romance, a romancista as grifa em itálico como uma forma de enfatizar o discurso da personagem feminina em meio aos fatos narrados. Assim sendo, na ficção histórica, polifônica e ideologicamente marcada, “[...] o plurilinguismo é submetido a uma elaboração literária [...], o que reforça a marca distintiva do romance histórico ao considerar em parceria a sua índole estética e política” (CAMPELLO, 2013, p. 165).

Ademais, percebemos que esses momentos de despojamento de D. Isabel para com o divino apresentam-se, também, como monólogos interiores da esposa de D. Dinis. Desse modo, a junção do foco narrativo em primeira pessoa pela personagem feminina, o desenrolar das ações em torno dessa última e essas ênfases nas suas orações nos revelam, por sua vez, um protagonismo feminino atuante da Rainha de Portugal nessa metaficção historiográfica de Isabel Machado (2017).

Isso posto, a partir dessas características do romance histórico contemporâneo que identificamos na obra romanesca de Isabel Machado (2017), a esse respeito, Antônio Roberto Esteves (2010) argumenta que:

O novo romance histórico aboliu o que Bakhtin (1990, p. 409) chama de ‘distância épica’ do romance histórico tradicional, pelo uso de recursos

⁴ “A mudança, por vezes, constante de focalizadores relatando, assim, a sua versão da História, dá a medida exacta da precária verdade do passado. [...]” (MARINHO, 1999, p. 41).



literários como o emprego do relato histórico em primeira pessoa; monólogos interiores; descrição da subjetividade e intimidade das personagens. Deste modo, o romance, por sua própria natureza aberta, permite uma aproximação ao passado numa atitude dialogante e niveladora (ESTEVES, 2010, p. 37).

Mediante as concepções de Antônio Roberto Esteves (2010), isso é, de certa maneira, o que acontece no decorrer de *A Rainha Santa* (2017), fazendo com que o foco narrativo, em tom confessional, e a descrição da subjetividade e intimidade da protagonista aproximem o leitor cada vez mais da história contada por D. Isabel de Aragão. Em acréscimo, uma outra característica desse protagonismo da Rainha de Portugal – que, de certo modo, só se apresenta em romances históricos classificados como “metaficções historiográficas” por haver uma “heterodoxia” –, consiste no seu posicionamento diplomático e interventivo nos assuntos políticos entre os reinos da Península Ibérica ilustrado nas cartas transcritas no romance. Temos essa confirmação com base nas próprias palavras de Isabel Machado (2017) na “Nota Introdutória” (p. 16) da referida metaficção historiográfica:

Por último, uma nota importante. Chegaram até aos nossos dias cartas de D. Isabel. A sua leitura foi um dos momentos empolgantes da pesquisa. Nelas se encontram, mesmo que de forma subtil, e na primeira pessoa, algumas características da personalidade da rainha. Pelo imenso interesse histórico dessas cartas, quase todas bastante curtas, quis partilhar com os leitores o acesso directo a essas fontes, sobretudo às cartas de D. Isabel para o seu irmão, Jaime II de Aragão, com que tinha uma relação de profundo afecto e a quem recorreu ao longo da vida, não só para tratar de questões pessoais, mas, muitas vezes, para tentar resolver problemas políticos (MACHADO, 2017, p. 16).

Na opinião de Isabel Machado (2017), através desse material apócrifo incluso no seu romance, conseguimos visualizar a personalidade destoante de D. Isabel se comparada com a sua representação ilustrada nos romances históricos tradicionais. A esse respeito, o teórico e crítico literário português Miguel Real (2012, p. 223) acrescenta que, “segundo a valoração da perspectiva da abordagem do autor (não raro identificado com a idiosincrasia do narrador, a estrutura formal da narrativa e o léxico valorizado), este tipo de romance evidencia fielmente o passado segundo a atual interpretação dos documentos”. Além disso, a romancista ainda fala sobre o uso direto desse material em sua obra romanesca, enfatizando as relações existentes entre a ficção e a História:

[...] Assim, muitas das cartas que incluo no romance são reais, o mesmo acontecendo com uma declaração oficial da rainha – em que se opõe claramente a uma decisão de D. Dinis, por considerar que é contra os interesses do reino e do seu filho, o príncipe herdeiro D. Afonso – e com outros documentos de D. Dinis. Todas essas fontes, que se podem



encontrar na bibliografia descrita no final, são inseridas num contexto puramente ficcional (MACHADO, 2017, p. 16).

Através dos dois fragmentos, constatamos o quão híbrido e metaficcional o romance de Isabel Machado (2017) se apresenta. Pois, levando em consideração as concepções de Linda Hutcheon (1991), Maria de Fátima Marinho (1999) e Cristina Vieira (2000), vemos que esses e mais outros aspectos configuram *A Rainha Santa* (2017) como uma “metaficção historiográfica” (HUTCHEON, 1991, p. 21) pós-moderna. Assim, é exatamente nesse campo profícuo para a abordagem de questões transdisciplinares pós-modernas que o romance histórico contemporâneo propicia um espaço prolífico para posicionamentos crítico-reflexivos a respeito do passado. “Felizmente, esse tipo de produção não tem sido desenvolvido apenas por mulheres; entretanto, é inegável que a teoria feminista e a produção literária de autoria feminina têm contribuído de forma fecundante para esse tipo de poética” (STEVENS, 2013, p. 122). Desse modo, identificamos que há, na metaficção historiográfica de Isabel Machado (2017), uma abertura para reflexões que competem aos estudos de gênero e, mais especificamente, à crítica literária feminista, em que podemos discutir sobre o enfoque no protagonismo feminino sob a perspectiva de um feminismo político.

Em termos estruturais, utilizando-se de estudos historiográficos e da escrita criativa para compor a sua obra romanesca, a romancista portuguesa desenvolve a sua ficção histórica em quatrocentas e onze páginas, distribuídas em setenta e seis capítulos. Além disso, como característica do romance histórico contemporâneo e, mais especificamente, da metaficção historiográfica, como apontado pela teórica e crítica literária canadense Linda Hutcheon (1991) e pela pesquisadora portuguesa Maria de Fátima Marinho (1999), Isabel Machado (2017) utiliza-se de recursos como “paratextos”, evidenciando, desse modo, a hibridez e metaficção de seu romance histórico, a saber: uma nota introdutória (p. 15-16), redigida pela própria escritora; um prólogo (17-18); um epílogo (p. 407); bibliografia (p. 408-409); agradecimentos (p. 410); e, uma nota final (p. 411) (MACHADO, 2017). Ademais, uma característica que a teórico-crítica portuguesa Cristina Vieira (2000) enfatiza a respeito da metaficção historiográfica e, que, encontramos na narrativa histórica de Isabel Machado (2017), diz respeito aos mapas, às árvores genealógicas e aos topos de datas e topos de lugares no *corpus* romanesco.

Dessa maneira, identificamos na obra da escritora elementos como um mapa nomeado “Reinos Peninsulares – Finais do século XIII” (p. 11); duas árvores genealógicas intituladas “Ascendência e descendência de Dinis de Portugal” (p. 12) e “Ascendência e descendência de Isabel de Aragão” (p. 13); topos de datas como “Março de 1281” (p. 62), “15 de Outubro de 1282” (p. 109), “Janeiro de 1290” (p. 175); topos de lugares como “Barcelona, reino de Aragão” (p. 19), “Paço de Santarém, reino de Portugal” (p. 27), “Paço de Coimbra, Portugal” (p. 41) (MACHADO, 2017), apenas para citarmos alguns. Além de pinturas e imagens entre as páginas 160 e 161 – em que, por motivos gráficos e de editoração desconhecidos



por nós, a romancista esboça esse material histórico e artístico sem enumerar as páginas, respectivamente – referentes à D. Isabel de Aragão, D. Dinis I de Portugal, Pedro III de Aragão, Jaime II de Aragão, D. Afonso IV de Portugal, D. Beatriz de Castela, D. Pedro I de Portugal, D. Afonso XI de Castela, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, a Arca Tumular de Santa Isabel, o Túmulo de Prata e Cristal de D. Isabel, e o Castelo de Leiria.

Portanto, todos esses recursos tipográficos como *pastiche*, recursos intertextuais, extratextuais, meta-textuais e para-textuais que os romancistas históricos contemporâneos utilizam nos seus escritos, como Linda Hutcheon (1991) e Cristina Vieira (2000) argumentam, são, dentre outros, elementos característicos da metaficção historiográfica. Dessa maneira, nesse momento, o vocábulo “romance” torna-se substantivo e o “histórico”, adjetivo, pois, como afirma a própria Isabel Machado (2017, p. 15), na “Nota Introdutória” de *A Rainha Santa*: “Esta é uma obra de ficção, não é um livro de História. O romance histórico é um gênero literário que integra realidade e ficção”. Mediante as palavras da escritora, é importante salientarmos que a sua obra não tem o objetivo de realizar um estudo historicista, nem tem um propósito didático – como, na maioria das vezes, é o caso do romance histórico tradicional –, mas de mostrar ao leitor essa hibridez e metaficção a partir de que o romance histórico contemporâneo é produzido.

No que concerne à categoria narrativa tempo, vemos que, em *A Rainha Santa* (2017), esse recurso apresenta-se como cronológico, linear. A exemplo disso, segundo Arnaldo Franco Júnior (2009), são identificados acontecimentos históricos nas marcações dos dias, nas datas, nas estações do ano e nas referências a eventos históricos e nacionais:

‘Já badalavam os sinos a chamar para a missa da tarde quando Isabel se ergueu da beira do enfermo’ (p. 23), ‘– Não vos demoreis, estais quase sem alimento desde a noite de ontem’ (p. 25); ‘Janeiro de 1290’ (p. 175), ‘Fevereiro de 1297’ (p. 217), ‘Agosto de 1311’ (p. 198); ‘Fora recolhido de madrugada. Lá fora, um acamada de orvalho gelado cobria a cidade de Barcelona, mas as paredes de pedra não bastavam para afastar o desconforto. O frio da rua esgueirava-se por entre a folga das janelas e as falhas na madeira velha da porta’ (p. 19), ‘Primavera de 1283’ (p. 124), ‘Verão de 1300’ (p. 255); ‘Verão de 1304: Era um dos momentos de maior prestígio do reinado de D. Dinis. O rei português fora escolhido para arbitrar a sentença entre Castela e Aragão, marcada para daí a semanas em Torrelhas, na fronteira entre os dois reinos desavindos’ (p. 271), ‘Lisboa, Setembro de 1297: Isabel levantou a cabeça da mensagem do marido. Dinis alcançara a paz definitiva com Castela, reunido em Alcanizes com Fernando IV e Maria Molina’ (p. 225) (MACHADO, 2017).

Esse tempo cronológico da presente obra romanesca também é confirmado, por conseguinte, pelo fato de o enredo ser contado de forma crescente, sempre acompanhando os fatos sociais, históricos, políticos e culturais. Um outro exemplo do tempo cronológico da narrativa consiste no fato de essa ficção histórica



conter características semelhantes aos de um “romance de formação”, pois, acompanhamos a jornada de vida de D. Isabel de Aragão desde o seu nascimento, passando pela infância, adolescência, vida adulta, a sua condição de esposa, mãe, rainha, pela velhice até, por fim, a sua morte:

Naquele dia de Fevereiro do ano da graça de 1270, as intempéries deram tréguas a Saragoça [...] vinha protegida a criança pelo bem que traria ao mundo (p. 17); Julho de 1336 – Castelo de Estremoz: Afonso IV abraçou o corpo da mãe, já hirta. Num choro abafado, longe dos ouvidos de todos, o rei pedia-lhe perdão por tê-la deixado partir naquela angústia. Até o fim, incapaz de lhe mentir (p. 406) (MACHADO, 2017).

De um modo geral, no que concerne aos lugares que ambientam o enredo romanesco de Isabel Machado (2017), vemos que a narrativa se desenvolve em três reinos: Aragão, Castela e Portugal. Em Aragão, as ações se desenrolam, mais especificamente, nas cidades de Barcelona, Saragoça, seus respectivos palácios, e em Santiago de Compostela. No reino de Castela, ambienta-se nos “Caminhos de Castela”, na “Guarda”, em “Torrelhas” e nas suas fronteiras entre Aragão e Portugal. Já em Portugal, a história se passa nos paços, alcáçovas e castelos de Santarém, Lisboa, Vide, Alegrete, Coimbra, Frielas, Alenquer, Leiria, Évora, Santa Clara, Estremoz; e, nas cidades de Trancoso, Portalegre, Bragança, Óbidos, Lurinhã, Vila Pouca, São Vicente da Beira, Torres Vedras, Pombal e Alvalade; apenas para mencionarmos alguns.

Com relação ao panorama histórico, o enredo se passa entre os séculos XIII e XIV, mais especificamente, por volta dos anos de 1270 e 1336, isto é, no início da Baixa Idade Média. Nesse período, no romance, são retratados os conflitos entre três grandes reinos da Península Ibérica: Portugal, Aragão e Castela; em que há apenas duas opções para a convivência entre eles. A primeira consiste em não abrir mão das disputas por territórios, riquezas e prestígios político-econômicos ibéricos e, em consequência disso, viver em constante guerra civil. A segunda seria compartilhar dessas riquezas peninsulares através de alianças, uma vez que todas as partes se beneficiariam, promovendo, assim, a paz em toda a Ibéria.

Por conseguinte, foi exatamente essa última opção que os reinos de Aragão e Portugal escolheram. Pois, vendo-se ambos ameaçados por invasões de Castela – o gigante que separava os reinos aragonês e português, além das frequentes ameaças da França –, no reino de Aragão, D. Pedro III, pai de D. Isabel de Aragão, decide firmar uma aliança com o rei D. Dinis I de Portugal. Porém, por mais que essa aliança tenha amenizado as ameaças castelhanas e francesas a ambos os reinos, com a ascensão dos seus sucessores, a Península Ibérica encontra-se longe de uma paz duradoura, pois esses reinos permanecem em uma disputa longe vista aos olhos dos demais países de toda a Cristandade. Nesse meandro, através das lentes históricas e ficcionais de Isabel Machado (2017), conseguimos visualizar nitidamente a instabilidade político-econômica da Península



Ibérica, o que, de certa maneira, se desenvolve do início ao fim do seu enredo romanesco. Em resumo, é nesse cenário de intrigas e rivalidades políticas e civis que a romancista constrói D. Isabel de uma forma que essa última torna-se também responsável por tomar as rédeas do poder em meio a todo esse contexto conturbado nas terras peninsulares.

Assim, conforme Cristina Vieira (2000), o romance histórico contemporâneo cumpre o papel de fazer um resgate de fatos que não foram apresentados pela História. Assim, é através das reflexões que se apresentam na obra de Isabel Machado (2017) que conseguimos vislumbrar esses eventos que foram silenciados ao longo do tempo. Em outras palavras, nesse romance histórico contemporâneo, a romancista nos mostra como se configura a condição das mulheres no contexto da Europa Medieval, recorte histórico marcado pelo patriarcalismo, no qual predominava, com mais vigor, a prática sexista, androcêntrica e falocêntrica. Desse modo, vemos que, nas suas obras, essas romancistas tentam dar visibilidade às contribuições de mulheres para História não só da sua pátria, mas para um continente inteiro; dando ênfase, também, à consciência sobre a igualdade de direitos entre os sexos, que, muitas vezes, mesmo nos dias atuais, ainda sofrem com o prenúncio do retrocesso social, político e cultural.

Portanto, vemos que é no âmbito da metaficção historiográfica – que se apresenta como um campo profícuo para subversão de padrões estabelecidos pela crítica literária canônica –, que Isabel Machado (2017) utiliza esse subgênero literário para abordar problematizações e releituras crítico-reflexivas da Baixa Idade Média portuguesa. A romancista traz para o primeiro plano da sua narrativa romanesca uma personagem feminina e, ao mesmo tempo, a apresenta como protagonista que tem um lugar de fala, pois ela narra, questiona, subverte padrões, transgredir normas e exerce papéis que, outrora, o sistema patriarcal destinava apenas ao masculino. Isso não aparece comumente nos romances históricos tradicionais. Em síntese, constatamos que, com a releitura da figura histórica como D. Isabel de Aragão, Isabel Machado (2017) nos mostra entre rosas, santas, *liliths*, damas, rainhas, *agnes*, *agnus*, aleivasas e personagens heterodoxas, uma Idade Média como palco para o protagonismo feminino.

Referências

ANDRADE, Maria Filomena. **Isabel de Aragão: Rainha Santa, Mãe Exemplar**. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

CAMPELLO, Eliane Terezinha do Amaral. O Romance Histórico de Autoria Feminina. In: SCHNEIDER, Liane; ALEMEIDA, Márcia et al. (org.). **Mulheres e literaturas: cartografias teórico-críticas**. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 163-178.



ESTEVES, Antônio Roberto. **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

JÚNIOR, Arnaldo Franco. Formalismo Russo e New Criticism. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (org.). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: EDUEM, 2009. p. 115-130.

MACHADO, Isabel. **A Rainha Santa**. 2. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

MARINHO, Maria de Fátima. **O Romance Histórico em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 1999.

REAL, Miguel. **O romance português contemporâneo 1950-2010**. Alfragide: Caminho, 2012.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. (Re)Construindo a Memória: Metaficção Historiográfica e Feminismos. In: SCHNEIDER, Liane; ALEMEIDA, Márcia et al. (org.). **Mulheres e literaturas**: cartografias teórico-críticas. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 113-124.

VIEIRA, Cristina Maria da Costa. **Viagem pelo universo feminino de A Esmeralda Partida de Fernando Campos**: o romance histórico como ponto de fuga. 2000. 234f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Portugueses e Brasileiros). Universidade do Porto. Porto, 2000.

Recebido em: 18/11/2021

Aprovado em: 07/11/2023